



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO ESPECIAL DE INFORMÁTICA

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2026

Data: 28/09/2026 (segunda-feira)

Horário: 16:03 – 17:45

Modalidade: Presencial

Local: Sala de Reuniões das Comissões – Anexo I – 305-M

Participantes

Nome	Cargo / Função
Des. Raimundo Braga	Presidente da Comissão Especial de Informática
Des. Ricardo Régis Dourado	Membro Titular
Juiz de Direito Pedro Godinho	Membro Titular
Leonardo Fogaça	Membro Titular - Secretário de TI e Modernização
Henrique Roma	Membro Titular – Diretor de Infraestrutura (DIN)
Bruno Barbosa de Menezes	Membro Titular – Diretor de Sistemas (DIS)
Manoel Lima	Membro Convidado – Diretor de Governança (DGT)
Kleydson Muniz	Assessor do Des. Ricardo Régis Dourado

Pauta / Ordem do Dia

Item	Descrição
A	Proposta de Emenda Regimental da CEIN - entrega/discussão sobre a redação final
B	Assessor Master / Gabinetes - definição da normatização / autorização para encaminhamento à Presidência (SEI 80520962.000027/2026-22)
C	Exposição da SETIM sobre os relatórios periódicos de execução do PDTIC e iGovTIC-JUD (SEI 80506381.000005/2026-72)
D	Aprovação do Plano de Transformação Digital (PTD) 2021-2026 - Inspeção CNJ 2026 - Item 1.19.4 (SEI 80521052.000105/2026-14)
E	COJE - impactos causados pelas manutenções programadas dos sistemas PROJUDI e PJE na remuneração dos juízes leigos (SEI 80506597.000575/2026-37)
F	Prompt Injection - Mitigação dos riscos relacionados à IA - implantação do Gateway de Inteligência Artificial e dos serviços estruturantes de governança, segurança, autenticação, rastreabilidade e controle de custos - acompanhamento junto à SETIM (SEI 80520986.000115/2026-56)
G	Projeto Novo Balcão Virtual/Central de Agendamentos - acompanhmaento da ação junto à SETIM (SEI 80520986.000165/2026-33)
H	O que ocorrer



Desenvolvimento da Reunião

- 1. Atualização do PJe para a Versão 2.10 (Item H).** Foi informado que a atualização do PJe para a versão 2.10, concluída recentemente, apresentou instabilidades pontuais, porém significativamente menos traumáticas quando comparadas às atualizações anteriores (lembrou-se que a atualização para a versão 2.2, em 2022, gerou quatro a cinco meses de problemas contínuos). Registrou-se que as instabilidades vêm diminuindo gradativamente nas últimas três semanas, com perspectiva de estabilização em uma a duas semanas. Algumas funcionalidades reportadas como problemáticas — assinatura de relatórios, tratamento de processos pelas secretarias e inclusão em pauta — encontram-se em fase de correção. A equipe informou, que, após a estabilização, serão entregues melhorias já desenvolvidas, tal como o novo editor de textos, amplamente demandado pelos Magistrados.
- 2. Cibersegurança — Ataques e Raspagem de Dados (Item H).** A SETIM apresentou panorama detalhado da situação de cibersegurança do Tribunal. Foi registrado, que, após matéria veiculada no programa Fantástico, em agosto de 2026, sobre vazamento de credenciais de magistrados na “Dark Web”, o volume de tentativas de ataque ao TJBA aumentou mais de dez vezes. Foi informado, também, que o Tribunal de Justiça do Mato Grosso sofreu invasão através do sistema Malote Digital do CNJ, com emissão de decisões fraudulentas no PJe. Já no âmbito do TJBA, as tentativas de intrusão foram barradas pelo sistema de autenticação multifatorial (MFA) e pelo Centro de Operações de Segurança (SOC), sem comprometimento de credenciais. Foi relatado que o CNJ instituiu, em abril de 2026, o primeiro grupo nacional de cibersegurança, com representantes de todos os tribunais, para comunicação em tempo real de ameaças. O TJBA é representado pelo assessor Gustavo e pelo coordenador Michel (COTEC). A equipe de segurança mantém monitoramento 24 horas na “Dark Web”, com detecção em tempo real de quaisquer credenciais ou informações relacionadas ao Tribunal. Quanto à raspagem de dados (data scraping), informou-se que escritórios de advocacia e terceiros utilizam RPA (Robotic Process Automation), inclusive com auxílio de inteligência artificial, para extrair dados massivamente do PJe, causando degradação do ambiente. Foi implementada limitação de 100 consultas diárias a processos em que o advogado não esteja cadastrado. **Deliberou-se pela redução do limite para 50 consultas diárias**, a título de teste, ante a ausência de reclamações com o limite atual (100). Registrou-se a diretriz institucional de criação de ambiente hostil para acessos automatizados não legítimos. O Presidente da Comissão determinou que seja preparada apresentação ao Tribunal Pleno, em sessão reservada, sobre o ecossistema do PJe e as ameaças cibernéticas, em linguagem acessível, a fim de sensibilizar os Desembargadores quanto à complexidade e interdependência dos

sistemas. A equipe da SETIM ressaltou a necessidade de sigilo quanto às medidas de segurança adotadas, para não estimular e/ou facilitar novos ataques.

3. **Assessor Master — Perfil de Acesso no PJe 2.º Grau (Item B).** Informou-se que a funcionalidade "Assessor Master" foi implementada na versão 2.2 do PJe, porém não foi integrada à versão 2.10, atualmente em produção. O perfil, similar ao adotado pelo CNJ, é exclusivamente de consulta e visualização, permitindo ao assessor do Desembargador acompanhar a pauta da sessão de julgamento em tempo real, sem possibilidade de votação ou edição de votos. A integração à versão 2.10 aguarda a estabilização do ambiente. O item foi mantido em pauta para a próxima reunião, com determinação de que sejam iniciados os preparativos de divulgação da funcionalidade. – x – x – x
4. **COJE — Sistema JLC e Manutenção Programada (Item E).** Esclareceu-se que o último incidente registrado no sistema de Juízes Leigos e Conciliadores (PJLC) não decorreu de manutenção programada dos sistemas PJe ou Projudi, ao contrário do que fora aventado pela COJE. O incidente foi causado por operação no banco de dados central do setor de Recursos Humanos, que afetou sistemas hospedados no mesmo agrupamento de banco de dados. A equipe técnica já identificou a causa e procedeu à separação por esquema (schema) do banco de dados, impedindo a recorrência desse tipo de evento. Ratificou-se que a última manutenção programada do PJe não impactou o PJLC. **Deliberou-se pela elaboração de despacho à COJE, informando a inexistência de vínculo entre as manutenções programadas e os incidentes reportados, com oferta de suporte contínuo pela SETIM e, seguidamente, o arquivamento do expediente na CEIN.**
5. **Prompt Injection e Gateway de Inteligência Artificial (Item F).** O Secretário da SETIM informou que a ferramenta "Elos Minuta IA" já dispõe de funcionalidade de detecção de tentativas de "Prompt Injection" em peças processuais, alertando o magistrado durante a análise por IA. Foram realizados workshops internos em setembro de 2026 acerca do tema. **Deliberou-se pela produção de material educativo sobre "Prompt Injection", a ser distribuído aos Magistrados e assessores por e-mail, bem como, pelo canal de comunicação direta da presidência com os Magistrados (AEP-I), com aprovação prévia pelo Comitê de IA.** Ressaltou-se a necessidade de abordagem pedagógica, sem exposição pública das vulnerabilidades. Quanto ao Gateway de Inteligência Artificial, informou-se que a ferramenta já se encontra implantada e em produção, funcionando como camada intermediária entre as soluções de IA do Tribunal e os modelos de linguagem (LLMs). O Gateway permitirá mensurar o consumo individual de cada ferramenta de IA, viabilizando planejamento orçamentário e governança no uso de inteligência artificial. A ferramenta se encontra em fase de integração com os sistemas corporativos (Hannah, dentre outros). Discutiu-se a possibilidade futura de exibição do custo de cada consulta à IA, para o usuário, à guisa de mecanismo pedagógico de racionalização e, eventualmente, a adoção de sistema de créditos por gabinete, a exemplo dos formatos, ora, utilizados pelo TRF3 e pelo TJMT. **Deliberou-se pelo desdobramento do "item F" do presente encontro em dois**



itens independentes na pauta da próxima reunião: F1 (Prompt Injection) e F2 (Gateway de IA), ficando o relatório de apresentação do Gateway, pela SETIM, para a próxima reunião. Informou-se, ainda, que o orçamento de 2027 já contemplará rubrica específica para inteligência artificial, segregada do orçamento de nuvem como, ora, ocorre. – x – x –

6. **Ferramenta Hannah — Implantação (Item H).** I Registrou-se que a ferramenta Hannah - solução de IA desenvolvida pelo TJMT voltada ao gerenciamento e otimização da admissibilidade de recursos direcionados ao STJ e ao STF - entrou em produção no TJBA na semana anterior à reunião, sendo o TJBA o primeiro tribunal estadual, além do próprio Tribunal do Mato Grosso, a implantá-la. A ferramenta encontra-se em fase de educação e de treinamento dos usuários. Quatro tribunais já solicitaram informações ao TJBA sobre o processo de implantação desse sistema. – x – x – x –
7. **Projeto Novo Balcão Virtual e Central de Agendamento (Item G).** A equipe de infraestrutura apresentou o projeto de consolidação de três serviços de atendimento ao público — Portal de Contatos, Central de Agendamento e Balcão Virtual — em portal único. O novo modelo substitui o sistema legado (Lifesize) pela plataforma Microsoft Teams, já incluída no contrato existente com a Microsoft, gerando economia de licenças. O sistema funcionará em modelo de fila de atendimento (*call center*), com escalonamento de servidores, métricas de atendimento (volumetria, tempo de espera, taxa de atendimento) e avaliação de satisfação. A Central de Agendamento será migrada para o Microsoft Bookings, permitindo que cada Magistrado configure sua própria agenda de atendimentos (presenciais e virtuais) - com visibilidade para advogados e partes - notificação automática de alterações e integração com o calendário do Teams. O Juiz Pedro Godinho ressaltou a importância da ferramenta para os advogados, que atualmente enfrentam dificuldades para localizar horários de atendimento individualizados por Magistrado. A prova de conceito está em andamento nos cartórios integrados, com previsão de implantação a partir da primeira semana de outubro de 2026 e conclusão até o final do ano. – x – x – x –
8. **Índice de Governança de TIC — iGovTIC (Item C).** Foi apresentado o resultado do iGovTIC referente ao ciclo encerrado em 31 de agosto de 2026: o TJBA alcançou índice de 93,87%, conquistando o 1º lugar entre os tribunais de grande porte, com nível de excelência, representando o melhor resultado já obtido pela Corte. O 2º lugar foi ocupado pelo TJRJ, com 93,71%. Os 6,23% restantes para os 100% referem-se a indicadores de quadro de pessoal, área na qual o Tribunal não atinge os parâmetros quantitativos exigidos, minimamente, pelo CNJ. Informou-se que a Resolução CNJ n.º 370 será substituída pela ENTIC-JUD para o sexênio 2027-2033, cujos novos critérios de avaliação ainda não foram definidos, devendo ser publicados até o final de 2026. O monitoramento dos indicadores é realizado mensalmente pela Coordenadoria de Governança, subordinada à DGT, com acompanhamento concomitante pela Controladoria do Judiciário (CTJUD) e pela Auditoria

Interna do Tribunal. A equipe foi parabenizada pelo resultado alcançado. **A apresentação da execução do PDTIC foi postergada para a próxima reunião.** – x – x – x

9. **Reestruturação de Pessoal da SETIM (Item H).** Discutiu-se a necessidade de reestruturação do quadro de pessoal da SETIM, incluindo ampliação dos cargos permanentes e criação de funções gratificadas específicas para servidores de TIC, conforme recomendação do CNJ. Registrou-se o problema crônico de retenção de mão de obra qualificada, com evasão para o mercado privado, inclusive internacional, e para outros tribunais locais (TRT e TRE), cujas remunerações são mais atrativas. O Secretário informou que será entregue até novembro de 2026 proposta de reorganização do quadro, com previsão de realização de concurso público no primeiro semestre de 2027. A proposta será submetida ao Tribunal Pleno. – x – x – x
10. **Aprovação do Plano de Transformação Digital — PTD (Item D).** Verificou-se que o Plano de Transformação Digital (PTD), embora veiculado anteriormente, jamais fora formalmente submetido à aprovação da Comissão Especial de Informática, conforme identificado pelo CNJ em inspeção. O plano vigente encerra-se em dezembro de 2026, estando em construção o plano sucessor. O Presidente da CEIN submeteu o PTD à deliberação do Colegiado – cuja cópia havia sido disponibilizada no seu grupo de WhatsApp, antecipadamente - tendo sido aprovado por unanimidade pelos Membros presentes ao encontro. **Deliberou-se que o relatório de execução do PTD será apresentado na próxima reunião.**
11. **Proposta de Emenda ao Regimento Interno — Reestruturação da Comissão Especial de Informática (Item A).** O Presidente da Comissão conduziu a leitura, artigo por artigo, da proposta de emenda ao Regimento Interno, elaborada de forma colaborativa pela SETIM, pelo Juiz Gustavo Teles (Membro da Comissão), pelo Gabinete do Desembargador Ricardo Dourado (com forte atuação do seu Assessor, senhor Kleydson Muniz) e a participação do assessor Afrânio da CEIN na revisão final. A consolidação da Proposta foi feita pela presidência da Comissão, cuja elaboração decorreu de recomendação formulada pelo CNJ em relatório de inspeção realizada no TJBA, acerca da necessidade de estruturação de uma Unidade de governança de TIC externa à área de gestão. A Proposta contempla as seguintes alterações principais: Art. 113 — Acréscimo de parágrafo único determinando que deliberações da Comissão de Jurisprudência envolvendo infraestrutura tecnológica, sistemas, plataformas digitais ou banco de dados sejam precedidas de manifestação técnica da SETIM, ouvida a CEGovTIC quando envolver investimentos de caráter estratégico; Art. 115 — Atualização da nomenclatura para "Comissão Especial de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CEGovTIC)"; Art. 118 — Nova composição: mínimo de três desembargadores, três juízes de direito (sendo um, o Juiz Assessor de TIC da Presidência) e quatro membros da SETIM (Secretário, Diretor de Governança, Diretor de Infraestrutura e Diretor de Sistemas); a Presidência será exercida por um Desembargador, mediante votação entre os pares; Art. 118-A (novo) — obrigação

da Presidência de instituir e manter atualizados os instrumentos de governança digital (Política de Governança e Gestão de TI, Política de Segurança da Informação, PDTIC, PTD, Plano de Gestão de Risco), mediante aprovação prévia da CEGovTIC; Art. 119 — Rol de doze competências da CEGovTIC, incluindo: aprovação de diretrizes e políticas de TIC; priorização estratégica de contratações; supervisão de gestão de riscos; cooperação interinstitucional; apresentação de relatório anual de desempenho da governança digital; reuniões ordinárias mensais; possibilidade de demanda de auditoria externa; exigência de parecer técnico fundamentado do Secretário da SETIM para a tomada de determinadas decisões, quórum de maioria absoluta para votações e de maioria simples para deliberações, com voto de qualidade do presidente; competência emergencial “*Ad Referendum*” para o Secretário de Tecnologia e Modernização. O Desembargador Ricardo Dourado, subscritor da Proposta, manifestou-se pela sua aprovação incondicional. A referência “nos termos do art. 119”, constante do art. 118-A, foi suprimida por sugestão do Presidente, para evitar rigidez em caso de futura renumeração de artigos do RITJ. A Proposta foi aprovada por unanimidade, bem como, o seu encaminhamento à Presidência do Tribunal, que a deverá remeter à Comissão de Reforma, seguindo o rito legislativo regimental (sorteio do Relator, prazo para emendas, deliberação plenária).

Deliberações / Ações Definidas

#	Ação	Responsável	Prazo
1	Encaminhar proposta de emenda ao Regimento Interno à Presidência do TJBA, com menção à inspeção do CNJ	CEIN	2 dias após publicação da Ata
2	Adoção de medidas técnicas progressivas para criação de ambiente hostil a acessos automatizados ilegítimos (raspagem de dados) no PJe	SETIM	Imediato
3	Preparação de apresentação ao Tribunal Pleno, em sessão reservada, sobre o ecossistema do PJe e o panorama de cibersegurança, em linguagem não técnica	SETIM	A definir
4	Manutenção do item “Assessor Master” na pauta da próxima reunião, com início dos preparativos de divulgação da funcionalidade. Integrar funcionalidade Assessor Master à versão 2.10 do PJe	CEIN/SETIM	Imediato
5	Elaboração de despacho à COJE, esclarecendo sobre a ausência de nexos entre as manutenções programadas do PJe/Projudi e os incidentes no sistema PJLC, com arquivamento do feito na CEIN	CEIN	2 dias após publicação da Ata

6	Desdobramento do item F em dois: (F1) Prompt Injection e (F2) Gateway de IA, com relatório de apresentação do Gateway, pela SETIM, na próxima reunião	CEIN	Imediato
7	Produção de material educativo sobre “Prompt Injection”, com submissão à aprovação pelo Comitê de IA, para distribuição aos Magistrados e assessores por e-mail (e canal AEP-I)	SETIM	A definir
8	Encaminhamento à Presidência da Proposta de Emenda ao Regimento Interno (arts. 113, 115, 118, 118-A e 119) aprovada pela CEIN, para tramitação junto à Comissão de Reforma do Regimento	CEIN	2 dias após publicação da Ata
9	Inclusão do monitoramento do PDTIC na pauta da próxima reunião	Secretaria da CEIN	Imediato
10	Agendamento da próxima reunião ordinária para 28 de outubro de 2026, às 16h00	Secretaria da CEIN	Imediato
11	Preparar relatório de apresentação do Gateway de IA para a Comissão Especial de Informática	SETIM	Próxima reunião
12	Integrar soluções de IA corporativas ao Gateway (Hannah, Elos Minuta IA e demais)	SETIM	A definir
13	Divulgar <i>cards</i> ilustrativos de melhorias da versão 2.10 do PJe, após estabilização do ambiente	SETIM	A definir
14	Entregar proposta de reorganização do quadro da SETIM (ampliação, funções gratificadas TIC e concurso público)	SETIM	Próxima reunião
15	Elaborar relatório de execução do PTD para apresentação à Comissão Especial de Informática	SETIM	Próxima reunião
16	Elaborar minuta de parecer de aprovação do PTD e colher assinaturas dos membros	Secretaria da CEIN	2 dias após publicação da Ata

17	Redução do limite de consultas diária a processo no PJe, por parte de advogados não cadastrados no mesmo, de 100 para 50 processos/dia, com monitoramento de impacto no ambiente e de eventuais reclamações. Implementar medidas adicionais contra raspagem de dados ("rate limiting", bloqueios de IP, etc)	SETIM	A definir
18	Preparar / apresentar relatório de monitoramento do PDTIC na próxima reunião	SETIM	Próxima reunião
19	Concluir implantação do Novo Balcão Virtual e Central de Agendamento (Microsoft Teams + Bookings)	SETIM	A definir
20	Reforçar provocações à AEPTIC sobre a implantação do Comitê de Gestão de Demandas	SETIM	A definir

Encerramento

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão Especial de Informática declarou encerrada a reunião às 17h45 do mesmo dia do seu início, da qual se lavrou a presente ata. A próxima reunião ordinária foi agendada para o dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), às 16h00, no local de costume (sala 305-M do Anexo I) – x – x – x –

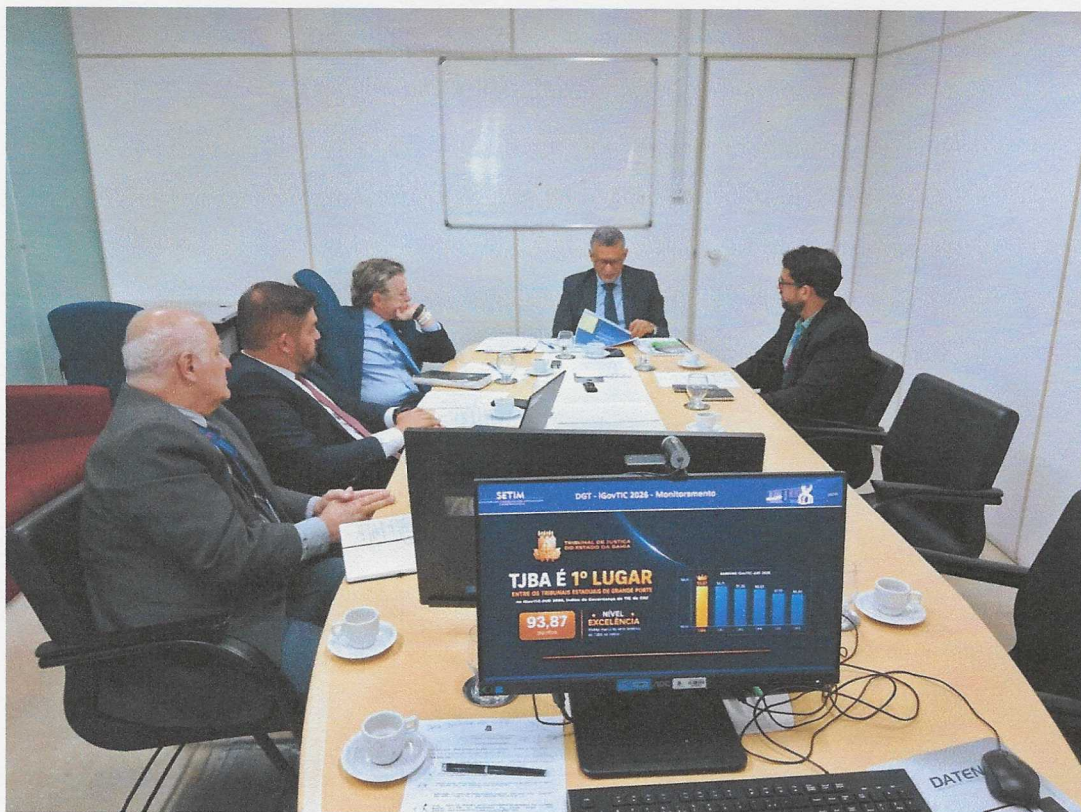
Observações Gerais

- Ausências justificadas:** o Desembargador Ricardo Dourado justificou sua ausência parcial por força de compromisso familiar, tendo comparecido ao final da reunião para registrar presença e subscrever a Proposta de Emenda Regimental; a Desembargadora Maria de Lourdes Medauar justificou a sua ausência por se encontrar compondo sessão de julgamento; o Juiz Gustavo Teles justificou a sua ausência por estar participando de sessão de julgamento no Tribunal Regional Eleitoral. – x – x – x –
- Ferramenta Elos Minuta IA:** informou-se que a empresa desenvolvedora do Minuta IA fora adquirida pelo Jusbrasil, pela quantia de R\$ 1 bilhão. Informou-se, ainda, que o TJBA está em processo de renovação e ampliação do respectivo contrato, cuja cobrança é feita por usuário e não por tokens utilizados. – x – x – x –
- Orçamento de IA:** o orçamento atualmente utilizado para inteligência artificial é proveniente de rubrica de nuvem. A partir do exercício de 2027 haverá rubrica orçamentária específica para IA.
- Auditoria Interna:** a Auditoria Interna do Tribunal realizou inspeção na SETIM como um todo, abrangendo as três diretorias, o que evidencia a superação do modelo de atuação fragmentada.
- SGP — PJe:** a Secretaria Geral da Presidência (SGP) mantém reuniões diárias de acompanhamento da implantação do PJe 2.10, com participação de representantes da SETIM (Bruno e Roma).

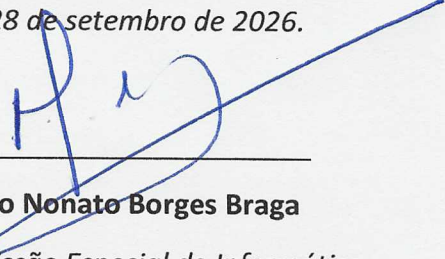
6. **Referência externa:** o TJPE (Pernambuco) foi citado como caso de sucesso de investimento no PJe, com migração integral para nuvem e uso intensivo de IA e automações, servindo de referência para o TJBA. O Presidente da Comissão manifestou interesse em convidar o Desembargador Isaías de Andrade Lins Neto (TJPE) para depoimento. – x – x – x
-



Registros Fotográficos

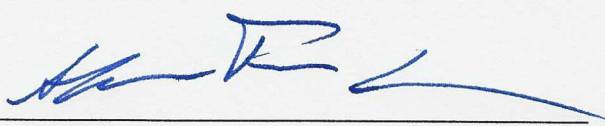


Salvador/BA, 28 de setembro de 2026.



Des. Raimundo Nonato Borges Braga

Presidente da Comissão Especial de Informática



Afranio Pedreira de Oliveira Junior

Secretário da Reunião